

Política

Governo vacila com o calendário legislativo

Fernando Exman


No museu de grandes novidades que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou os primeiros cem dias de seu terceiro mandato, interlocutores do Palácio do Planalto no Congresso ainda tentam entender o que o governo quer, com quem devem falar e em que direção devem marchar. Existe a percepção generalizada de que intrigas internas vão atrasando a agenda legislativa do Executivo, enquanto Lula gasta tempo e energia dando nova embalagem a programas lançados pelas gestões anteriores do PT. Em outras palavras, foca na reconstrução de sua imagem pessoal, sem necessariamente sinalizar um rumo para o país.

Mas o tempo não para. E essas lideranças ponderam: o Palácio do Planalto deveria ter intermediado um desenlace para o impasse a respeito da tramitação das medidas provisórias. Ora, se uma MP é um ato legislativo pessoal do presidente da República que precisa depois do crivo do Congresso, essa disputa também é, de acordo com este ponto de vista, um problema do chefe do Poder Executivo.

O desacordo, do qual agora o governo torna-se refém, reduz a margem de manobra para a aprovação das primeiras MPs editadas pela nova administração dentro do prazo de até 120 dias estipulado pela Constituição. E em paralelo, o governo precisará dar atenção à reforma tributária, ao novo marco fiscal e à aprovação das diretrizes orçamentárias do ano que vem. Maio será crucial.

Maio será mês delicado para MPs, reforma e marco fiscal

Lula relativiza a situação. Em entrevista nessa terça-feira (21), o presidente disse ter certeza que reunirá maioria no Legislativo. Talvez não a ponto de levar adiante uma reforma tributária completa, com começo, meio e fim, assim como planejara a equipe econômica. Porém, ainda assim os votos necessários para aprovar novas regras fiscais e uma medida tributária que faça a economia voltar a crescer.

"Minha base de sustentação no momento são 513 deputados e 81 senadores. Na hora que começar a votar é que vou saber quantos votos eu vou ter", comentou Lula à "TV 247", esquecendo-se de dizer que um número considerável desses parlamentares queria, na verdade, instalar uma CPI voltada apenas a fustigar o governo federal. E estes farão tudo para travar as propostas de interesse do governo.

O prognóstico é preocupante para quem contava com a execução de todo um plano para, além de simplificar o sistema tributário, aumentar a base de arrecadação da tributação sobre o consumo e ainda modificar os impostos sobre renda, lucros e dividendos. Ou seja, aumentar a receita que entrará nos cofres públicos, em meio à discussão de um novo arcabouço fiscal mais permissivo do que o combalido teto de gastos.

A primeira etapa da reforma, aliás, precisaria ser aprovada na Câmara ainda no primeiro semestre, para que tenha tempo suficiente de ser debatida no

Senado antes de a campanha municipal contaminar de vez sua tramitação. O relatório de atividades do grupo de trabalho da Câmara deve ser apresentado no dia 16 de maio pelo deputado Aginaldo Ribeiro (PP-PB), que tende a levar mais 15 dias para finalizar o texto a ser apresentado em plenário.

Até lá, precisará ficar claro se o governo apoiará uma possível sugestão de inclusão do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na reforma, como será tratada a Zona Franca de Manaus, qual o tamanho do fundo de desenvolvimento regional que atrairá os votos dos parlamentares nordestinos, se os combustíveis fósseis serão taxados de forma diferenciada (como hoje existe uma possibilidade de ser feito pela Câmara), se a isenção da cesta básica será mesmo uma ideia deixada para trás ou se a proposta de "cash back" defendida no Ministério da Fazenda terá adesão na Câmara, o que hoje parece difícil de ocorrer.

No Congresso, ainda há dúvidas se o governo terá capacidade de acelerar a transição da reforma ou precisará mesmo adotar alíquotas experimentais, diante da falta de informações sobre as simulações feitas pela Receita Federal. Não está claro, também, o destino de um arcabouço fiscal que até agora não conseguiu adesão nem do governo como um todo.

Quanto ao arcabouço fiscal, espera-se, sim, um modelo com flexibilidades. Mas não com a capacidade de recuperar, de imediato, a capacidade do Estado de investir. Provavelmente por isso, argumenta-se entre aliados, já se viu cobranças de alas do governo para que a equipe econômica acelere a formulação de novas regras de promoção de investimentos por meio de parcerias público-privadas (PPPs).

Por esse mesmo motivo se aponta o esforço empreendido para a aprovação da PEC da Transição como um erro tático primordial, uma vez que a proposta de emenda constitucional resolveu os problemas do governo anterior e de parlamentares que não se reelegeram, facilitou o desfecho das negociações para as eleições das mesas diretoras da Câmara e do Senado e, ainda assim, não supriu as necessidades de investimentos públicos deste primeiro ano de mandato.

Lula gastou capital político na aprovação da PEC, antes mesmo de tomar posse. Distribuiu cargos para partidos que hoje não juram lealdade ao governo e contam com emendas parlamentares ao Orçamento impositivas, cuja gestão na boca do caixa poderá gerar atritos no decorrer da legislatura.

Líderes partidários lembram que o Congresso avançou sobre o Orçamento e controlou a pauta quando o ex-presidente Jair Bolsonaro, ainda em início de mandato, negou a política. Sob Michel Temer, o ex-ministro da Casa Civil Eliseu Padilha, morto na semana passada, tinha em suas planilhas perfis de votação, indicações para cargos, ligações econômicas, interesses políticos e adversários de cada parlamentar. A ex-presidente Dilma Rousseff é lembrada como cumpridora de acordos em seu primeiro mandato e ninguém duvida da capacidade de diálogo de Lula, embora ele esteja bem longe de ter 513 deputados e 81 senadores aliados.

Sua sorte é ver do outro lado, pelo menos por enquanto, uma oposição também desorganizada ou parlamentares mais preocupados com as redes sociais do que com os embates que surgirão no Congresso. Mas o tempo não para.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Salles cola em Eduardo Bolsonaro e busca Tarcísio para viabilizar candidatura

Cristiane Agostine
De São Paulo

Ex-ministro do Meio Ambiente no governo Jair Bolsonaro (PL), deputado federal Ricardo Salles (PL-SP) se aproxima do governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) e tem feito agendas políticas em conjunto com o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), na capital paulista, para tentar viabilizar sua pré-candidatura à Prefeitura de São Paulo em 2024. Salles enfrenta resistência dentro de seu próprio partido e disputa o apoio de bolsonaristas com o prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), pré-candidato à reeleição.

O deputado deve realizar na próxima semana uma versão ampliada do encontro que teve na última sexta-feira (17), com deputados estaduais e federais do PL de São Paulo, como Mario Frias, Gil Diniz, Conte Lopes, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Major Meca, Lucas Bove, Paulo Bilynski e Paulo Mansur, além de Eduardo Bolsonaro. Na ocasião, o ex-presidente Jair Bolsonaro participou por videochamada. Na segunda-feira (20), o ex-ministro reuniu-se com Tarcísio na sede do governo, junto com Eduardo Bolsonaro, para tratar de 2024.

Em busca de apoio, Salles participou na semana passada da posse do novo presidente da As-


Salles: deputado articula para que PL não apoie reeleição do prefeito de SP

sembleia Legislativa paulista, André do Prado (PL), aliado do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto. O presidente da Assembleia elogiou a pré-candidatura.

Salles disse ter contratado nesta semana o marqueteiro Pablo Nobel, responsável pela campanha de Tarcísio, para auxiliá-lo, e afirmou que será um candidato "conservador moderado".

O governador, o ex-presidente Bolsonaro e o presidente nacional do PL, no entanto, devem definir apenas em 2024 quem vão apoiar.

Nunes é visto com cautela por aliados de Bolsonaro por conta da má avaliação da gestão municipal.

O prefeito também tem feito uma ofensiva para atrair os bolsonaristas. Nunes tenta ampliar as parcerias com Tarcísio e costura acordos com partidos aliados a Bolsonaro, como o PP, o Republicanos e até o PL. O prefeito contratou o marqueteiro Duda Lima, que atuou na campanha de Bolsonaro.

Na sexta-feira (17), mesmo dia em que Salles fez um encontro com aliados, Nunes se reuniu com Eduardo Bolsonaro, na prefeitura,

para tentar neutralizar a pré-candidatura do adversário e buscar um acordo. Pouco antes do encontro, recebeu o deputado bolsonarista Osmar Terra (MDB-RS).

O PL participa da prefeitura com o comando da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e das subprefeituras de Campo Limpo e do Butantan. O diretório municipal, presidido pelo vereador Isac Félix, já declarou apoio à reeleição do prefeito. "O PL é da base de Nunes", diz Félix. "Não vamos virar as costas para o prefeito". Parte do diretório estadual do PL, da ala mais antiga, também não quer apoiar Salles.

Além do PL, o prefeito tem negociado com o Republicanos, partido do governador. Na segunda-feira (20), Nunes reuniu-se na prefeitura com o presidente nacional da sigla, Marcos Pereira; o presidente estadual, Roberto Carneiro; e o presidente municipal, Robson Tuma. O partido tem a expectativa de indicar a vice de Nunes. A legenda tem cargos importantes, como a secretaria de Habitação, que deve ser turbinada com a promessa de 49 mil moradias até 2024.

Para o deputado Gilmaci Santos (Republicanos), os bolsonaristas devem ter um único candidato para polarizar com o pré-candidato do Psol, Guilherme Boulos. "Seria um erro", disse sobre a eventual candidatura de Salles.

Youssef fica um dia preso em nova briga da Lava Jato

Lucas Ferraz
De São Paulo

O novo capítulo da prisão do doleiro Alberto Youssef, um dos pivôs da operação Lava Jato, terminou ontem lembrando um dos momentos de maior confusão da investigação criminal que completou neste mês nove anos.

Preso na segunda-feira por ordem do juiz Eduardo Appio, novo titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, Youssef foi solto ontem, mas acabou no centro de uma queda de braço entre o magistrado e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), em Porto Alegre, responsável por analisar os processos da Lava Jato na segunda instância.

O desembargador Marcelo Malucelli, do TRF-4, determinou por duas vezes ao longo do dia a soltura de Youssef, classificando a ordem de prisão de "ilegal". O juiz de Curitiba, que exerce o mesmo cargo que deu projeção nacional a Sergio Moro (hoje senador pelo União Brasil), só respeitou a segunda decisão.

Youssef foi preso na segunda numa casa em Itapoá (SC) em decorrência de pendências com a Receita Federal. Appio não considerou válida a suspensão da investigação fiscal, que tinha sido feita em 2020 por ordem da juíza federal substituta Gabriela Hardt. Ela havia acolhido mani-


Doleiro que foi pivô da operação ganhou liberdade por ordem do TRF-4

festação do Ministério Público Federal (MPF) que pedia a suspensão do processo da Receita em razão do acordo de delação premiada assinado com Youssef.

Segundo Appio, de um total de 28 processos contra o doleiro, 13 foram suspensos. O MPF, de sua parte, argumentava que o acordo de colaboração previa a suspensão das investigações em curso quando a soma das penas nas condenações transitadas em julgado resultasse em 30 anos de prisão, pelo menos.

Ontem, durante a audiência de custódia de Youssef em Curitiba, a defesa do doleiro pediu a sua liberdade e foi atendida pelo desembargador Malucelli, que citou o Código de Processo Penal

para ressaltar que a prisão preventiva só pode ser decretada por solicitação do Ministério Público ou da polícia. "Nesse contexto, revela-se ilegal a decretação da prisão preventiva de ofício", escreveu Malucelli.

Cerca de 40 minutos depois, Appio contra-atacou com novo pedido de prisão, ressaltando "elementos de convicção trazidos aos autos pela Polícia Federal" no momento da prisão, citando helicóptero e imóveis do detido: "Existem seríssimos indícios de que Youssef tenha sonegado das autoridades judiciais e fiscais a verdadeira posse e propriedade dos prédios edificados no município de Itapoá/SC".

Ao conceder nova liberdade

ao doleiro, o desembargador reproduziu no final da tarde de ontem a mesma fundamentação dada horas antes: "Inexiste alteração fática ou documento novo juntado que justifique a mudança de entendimento".

O episódio envolvendo Youssef lembrou um outro, da mesma Lava Jato, de julho de 2018, relacionado ao atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que à época estava preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Na ocasião, Lula estava detido havia quase três meses e foi beneficiado por um habeas corpus concedido num domingo pelo desembargador Rogério Favreto, do mesmo TRF-4. Favreto aproveitou o plantão para conceder a liberdade, negada no mesmo dia pelo relator da Lava Jato em segunda instância, João Pedro Gerbran Neto. Lula só deixaria o cárcere em novembro de 2019.

Ontem, 24 horas depois da prisão de Youssef, o mesmo juiz Appio assinou o alvará de soltura. Crítico dos métodos pela Lava Jato, o magistrado assumiu a 13ª Vara Federal de Curitiba em fevereiro e se tornou o novo responsável pelas ações da operação. Procurado, ele não quis se manifestar sobre as ordens de prisão. Já o advogado do doleiro, Gustavo Flores, disse que as decisões são "autoexplicativas".

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ABERTURA E FECHAMENTO DO EDITAL Nº 001/2023 - FUNDEPAR

CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

PROTÓCOLO Nº 19.697.285-4. OBJETO: CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, conforme condições constantes no edital. Acolhimento de propostas/abertura do SISTEMA ELETRÔNICO MERENDA para elaboração do Pré-Projeto de Venda: das 08h00min do dia 24/03/2023 até às 17h00min do dia 17/04/2023. VALOR ESTIMADO: R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). O edital encontra-se à disposição no endereço eletrônico: <http://www.fundepar.pr.gov.br>. Curitiba, 01 de março de 2023. Eliane Teruel Carmona - Diretora Presidente Interina - FUNDEPAR - Portaria nº 041/2023.

PORTOS DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

AVISO

LEILÃO Nº 003/2022-APPA

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DE ÁREAS PORTUÁRIAS - CLAP/APPA no uso das atribuições conferidas pela Portaria APPA nº 45, de 08 de março de 2023, pela legislação de regência e considerando o que consta no processo nº 16.802.526-2, informa que não foram identificadas irregularidades na documentação apresentada pela FTS Participações Societárias S/A, referente ao Volume 3 - Documentos de Habilitação da Proponente Vencedora, Leilão nº 03/2022-APPA, que ocorreu em sessão pública no dia 24 de fevereiro de 2023, na sede da Brasil, Bolsa, Balcão - B3, em São Paulo-SP, conforme consta na Seção III do Capítulo IV do referido Edital.

Paranaguá-PR, 17 de março de 2023.

Marcos Alfredo Bonoski
Presidente da CLAP

A empresa Anilhas Para Pássaros e Aves Capri Ind. E Com. Ltda EPP, CNPJ 96.403.977/0001-29, dá conhecimento que solicitou à Confederação Nacional da Indústria - CNI pesquisa em âmbito nacional para emissão de Atestado de Produtor e Fornecedor Exclusivo do bem industrial Anilhas para identificação de pássaros e aves cujo o NCM é 7608.20.90.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS

CURITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº CP/011/2023-SMOP/OPE-AFD

O MUNICÍPIO DE CURITIBA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP, torna público, para conhecimento dos interessados que está promovendo CONCORRÊNCIA, visando à seleção e contratação de empresa ou consórcio de empresas para execução de obras de Infraestrutura e Unidades Habitacionais de Interesse Social (Fases 3 e 4) - Bairro Novo do Caximba do Programa Gestão do Risco Climático Bairro Novo do Caximba, cuja caracterização, localização e abrangência estão descritas no Edital de Licitação, a serem executadas com recursos provenientes do Contrato de Financiamento nº 1070-01/K, celebrado entre a AFD e o Município de Curitiba, ação integrante dos componentes 1 e 2.1 do Projeto Gestão do Risco Climático Bairro Novo do Caximba. O valor desta contratação é de R\$ 86.175.234,05 (oitenta e seis milhões, cento e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinco centavos). Os envelopes contendo "proposta de preços" e "documentos de habilitação" deverão ser protocolados simultaneamente no "SERVIÇO DE PROTOCOLO" da SMOP, situado na Rua Emílio de Menezes n.º 450 - Bairro São Francisco - Curitiba - Paraná, até às 08h45 do dia 27/04/2023. Os envelopes contendo as "propostas de preços" serão abertos em sessão pública às 09h do mesmo dia 27/04/2023, na Sala de Reuniões desta SMOP, situada no endereço acima mencionado. O Edital encontra-se disponível para "download" no site www.curitiba.pr.gov.br no ícone "Licitações" ou junto à UTAG, Unidade Técnico Administrativa de Gerenciamento, no telefone 3250 1436 ou pelo email utagaf@ippuc.org.br.

Curitiba, 22 de março de 2023.
Rodrigo Araujo Rodrigues
Secretário Municipal de Obras Públicas